

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo remanejar recursos de RP9 para pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo remanejar até R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), das dotações de Resultado Primário 9 (RP9) constantes da Lei Orçamentária Anual de 2021, para atender às famílias cadastradas no Auxílio Brasil com o “auxílio Gás dos Brasileiros”, instituído pela Lei nº 142378, de 19 de novembro de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A política econômica e social do governo Bolsonaro é diretamente responsável pelo recrudescimento da pobreza, da desigualdade e da fome. A política de preços da Petrobras agrava o quadro, diante da volatilidade e aumento de derivados de petróleo, que tem impacto direto sobre o IPCA e, portanto, sobre o aumento da taxa básica de juro. Neste contexto, é crescente a probabilidade de contração do PIB em 2022, mantendo-se o elevado desemprego que, junto à inflação, penaliza os mais vulneráveis. Além disso, o Auxílio Brasil reduz expressivamente a quantidade de beneficiários em relação ao Auxílio Emergencial, deixando quase 30 milhões de famílias fora da rede de proteção social.

Segundo dados da ANP, o preço médio do botijão de gás já supera R\$ 100. A PnadC mostra que 20% famílias pobres voltaram a utilizar lenha ou carvão para cozinhar. Assim, é inadmissível que o governo Bolsonaro apenas garanta o Auxílio Gás para pouco mais de 5 milhões de famílias, considerando um valor de R\$ 52,00, a cada dois meses, que representa metade do preço do botijão.

O Auxílio Brasil deverá atender a 17 milhões de famílias. Considerando o preço médio do botijão de gás, é necessário um valor em torno de R\$ 1,7 bilhão para atender em dezembro à totalidade das famílias do Auxílio Brasil.

Sendo assim, o presente projeto autoriza o remanejamento de R\$ 1,7 bilhão das emendas de relator para o Auxílio Gás, de modo a permitir o atendimento da totalidade das famílias do Auxílio Brasil com o valor necessário para a compra de um botijão de gás.

Atualmente, há um saldo a empenhar de cerca de R\$ 7,5 bilhões nas emendas de relator, dos quais seria remanejado R\$ 1,7 bilhão para atender às famílias



pobres. Tendo em vista a omissão do governo, o Congresso Nacional pode dar uma demonstração de sensibilidade em relação às necessidades emergenciais dos mais vulneráveis, razão pela qual pedimos apoio dos pares ao projeto.

Senador JEAN PAUL PRATES (PT/RN)

Líder da Minoria do Senado Federal



SF/21410.72806-12